

**‘AS FLORES DO MAL’:
ARQUEOLOGIA DAS
ESTRUTURAS DA VIOLÊNCIA
POLÍTICA DA DITADURA,
O CASO DO DOPS/MG***



CAROLINE MURTA LEMOS**, DENISE NEVES BATISTA COSTA***,
ANDRÉS ZARANKIN****

Resumo: nas últimas décadas começaram a se consolidar linhas de pesquisa associadas ao que pode ser entendido como Arqueologia Contemporânea. Entre essas, talvez uma das que mais visibilidade e impacto tiveram foi a chamada Arqueologia da Repressão e da Resistência, campo de pesquisa que ainda possui barreiras político-acadêmicas por ultrapassar. Uma delas foi superada ano passado, quando, pela primeira vez, foram implementadas intervenções arqueológicas em um centro de detenção da ditadura civil-militar brasileira com o objetivo de estudar suas materialidades e as experiências cotidianas a elas relacionadas. Essa pesquisa arqueológica teve um caráter diagnóstico e foi realizada no DOPS/MG para subsidiar a futura criação do Memorial de Direitos Humanos no local. Nesse texto serão apresentadas as atividades desenvolvidas durante esse trabalho que, além de pioneiro, tem como objeto de estudo um importante órgão repressivo da ditadura civil-militar em Minas Gerais.

Palavras-chave: Arqueologia da Violência. Arqueologia Contemporânea. Arqueologia da Repressão e da Resistência. Ditadura civil-militar brasileira. DOPS/MG.

* Recebido em: 01.10.2021 Aprovado em: 16.11.2021.

** Doutora em Arqueologia (UFS). Mestre em Antropologia com área de concentração em Arqueologia (UFMG). Bacharel em Arqueologia (PUC-Goiás). Pós-doutoranda (UFMG). *E-mail:* carolmurta@hotmail.com.

*** Mestre em Antropologia com área de concentração em Arqueologia (UFMG). Bacharela em Ciências Sociais (UFMG). Doutoranda em Antropologia com área de concentração em Arqueologia (UFMG). *E-mail:* denisenbc@gmail.com.

**** Doutor em História (UNICAMP). Especialização em História e Crítica da Arquitetura (Universidade de Buenos Aires). Graduado em Antropologia com orientação em Arqueologia (Universidade de Buenos Aires). Professor Titular do Departamento de Antropologia e Arqueologia (UFMG). *E-mail:* zarankin@yahoo.com.

Em 1954, o escritor norte-americano Richard Matheson, publicou a novela ‘Eu sou a lenda’. A história conta as desventuras de Robert Neville, talvez o último ser humano sobrevivente de um apocalipse global, causado por uma infecção que acabou com a maior parte da humanidade e transformou em vampiros uma outra parte da população (interessante mencionar que, nesse caso, os vampiros são torpes e tontos, o que nos faz pensar que essa foi uma ‘pré-origem’ do que posteriormente seria o gênero dos zumbis). Neville é uma pessoa solitária, que reflete sobre sua vida passada e procura sentido e energias para continuar, enquanto mantém uma rotina de, pelas noites, se atrincheirar na sua casa, para lutar e se proteger dos vampiros que o rodeiam, e, durante o dia, percorrer a cidade deserta de *Los Angeles*, a casa dos monstros, enquanto esses dormem.

Em uma ocasião, Neville encontra uma mulher caminhando em plena luz do dia. Ela chama-se Ruth e, segundo conta, esteve fugindo de vampiros depois de perder seu marido. Neville a leva para casa e cuida dela, ainda que desconfiasse de que poderia estar infectada. Os dois personagens compartilham suas histórias e, gradualmente, acabam se envolvendo sentimentalmente. Porém, ainda desconfiado, Neville consegue tirar uma amostra de sangue dela e descobre que está contaminada. Nesse momento, recebe um golpe na cabeça e fica desacordado. Ao recobrar a consciência, Neville encontra uma carta na qual Ruth explica que ela pertence a uma nova sociedade de vampiros que evoluíram e que buscam instaurar uma nova ordem eliminando os vampiros velhos. Ela também explica que, graças a uma pílula, foi possível se expor à luz do dia, revelando, nesse sentido, o nascimento de uma nova espécie inteligente, dominante na terra. Nesse cenário, o próprio Neville era enxergado como uma ameaça, por isso, ela o aconselha a fugir.

Ignorando o conselho de Ruth, Neville decide permanecer na sua casa, determinado a resistir ao que estivesse por vir. De fato, poucas semanas mais tarde, um grupo desses novos vampiros consegue entrar na sua casa, ferindo-o e capturando-o. Mantido em uma cela, Ruth vai visitá-lo para avisar que ele será torturado e executado publicamente, ao mesmo tempo, tenta convencê-lo a tomar um veneno que ela levou, para evitar o sofrimento. Neville agradece e decide confrontar seu destino como esse se apresenta, já que entende que, nessa sociedade, ele é o monstro, o diferente, e que não há espaço para ele na ‘nova normalidade’.

Provavelmente, o leitor deve estar se perguntando: “o que tem a ver Neville e sua história com a Arqueologia da Repressão e da Resistência?”. Pensando no presente do Brasil, assolado pela infecção de um ‘bolsoplanismo’ assustador, nós arqueólogos que trabalhamos com questões sobre a ditadura civil-militar, sem dúvida, nos sentimos como Neville, em uma luta ‘quixotiana’, vivendo um pesadelo de inversão de valores. Um presente que gostaríamos que fosse distópico (mas não é), no qual a infecção produz seres fantasiados com bandeiras e camisetas verde amarelas (os vampiros-zumbis da história de Matheson), os quais sentem-se à vontade para sair em forma de hordas nas ruas aplaudindo e idolatrando tudo relacionado ao regime ditatorial (incluindo torturadores e assassinos), ao mesmo tempo em que atacam violentamente, para aniquilar, tudo o que não coincide com sua visão radical (chamado de comunismo para esse grupo).

Surge assim a pergunta que todos nós fazemos: “como chegamos a essa realidade, como não vimos o que estava se aproximando - o despertar da pior faceta da nossa sociedade, o empoderamento do retrógrado e do sadismo?”. Uma das respostas óbvias é que, diferentemente do que aconteceu no resto da América do Sul, o Brasil

preferiu não discutir criticamente seu passado recente, não investigar (nem deixar que se investigasse) e perdoar no lugar de se fazer justiça, preferiu tentar esquecer. Esse posicionamento se fez presente em todos os governos desde a abertura democrática em 1985, tanto nos de centro-direita (PSDB) quanto nos de esquerda (PT). Talvez uma tímida e tardia tentativa de fazer algo distinto foi a criação das Comissões da Verdade no governo Dilma Rousseff.

Fica claro então que, tirando algumas poucas exceções, o poder público nunca deu espaço e importância às memórias da ditadura civil-militar e às materialidades associadas às suas histórias sombrias (FUNARI; OLIVEIRA, 2006). O resultado está à vista de todos, as ‘flores do mal’ germinam e crescem de forma descontrolada nas ruas e instituições do país. Antiflores que se alimentam de ódio na era da pós-verdade, no tempo das *Fake News* produzidas nas pregações dos templos neopentecostais, dos quartéis, das delegacias e das correntes de *WhatsApp*.

Como Neville, estamos diante de um dilema fundamental. Partimos da ideia de que somos apenas ‘lendas’, ou seja, um grupo minoritário e moribundo de pessoas com ideias anacrônicas, que representam uma época e ideais que passaram? Ou, pelo contrário, mais que nunca continuamos acreditando e lutando por uma sociedade mais equitativa, diversa e democrática, e, sobretudo, com memória e justiça?

Faz tempo que nós, que escrevemos esse artigo, decidimos continuar trabalhando na construção de uma memória material que se oponha às tentativas de mudar a história, de recusar o passado. Através de uma narrativa material, inegável (ainda que saibamos que chegamos ao ponto de que, no contexto atual, até as coisas mais óbvias podem ser negadas ou até sequestradas e desaparecidas), queremos contar a história da repressão política e da resistência de milhares de pessoas durante a ditadura.

Curiosamente, talvez no momento mais complexo e difícil pós-ditadura, conseguimos algo que em décadas de tentativas nunca antes aconteceu, realizar intervenções arqueológicas em um centro de detenção da ditadura civil-militar, o DOPS/MG, em Belo Horizonte. Nesse artigo, nos propomos a trazer algumas reflexões gerais sobre quais podem ser as contribuições da arqueologia para esse tema, assim como apresentar as atividades e resultados preliminares de nossa pesquisa.

ARQUEOLOGIA DA VIOLÊNCIA CONTEMPORÂNEA E A ARR¹

A violência é uma temática que passou a ser estudada de forma mais consistente pela Arqueologia Histórica (ORSER, 1992) com o desenvolvimento, apenas há algumas décadas, da Arqueologia dos Campos de Batalhas, da Arqueologia da Guerra ou da Arqueologia Bélica enquanto uma linha de pesquisa específica (BANKS, 2020; CARMAN, 2009). Podem ser apontadas três ações que foram importantes para iniciar esse processo: as escavações em 1958 do campo de batalha de Aljubarrota (Portugal)²; o trabalho realizado, na década de 1970, por Newman, sobre a batalha de Marston Moor (Inglaterra)³; e a análise do campo de batalha Little Bighorn (Estados Unidos)⁴ feita na década de 1980 por Scott e Fox (BANKS, 2020; LINO; FUNARI, 2013). Essa pesquisa de Little Bighorn, de acordo com Carman (2009), foi o primeiro verdadeiro avanço da Arqueologia dos Campos de Batalha. Por meio da realização de uma prospecção no local com detectores de metais, caminhamentos e sondagens teste, não apenas o sítio foi bem delimitado, como a distribuição dos artefatos foi detalhadamente documentada, a ponto de tornar possível a constituição de uma ‘coreografia’ da batalha (BANKS,

2020). Segundo Banks (2020), com uma metodologia de campo estruturada e com o registro minudenciado dos artefatos, essa pesquisa acabou se tornando uma referência que despertou o interesse de arqueólogos no Reino Unido e nos Estados Unidos por esse tipo de estudo. Afinal, foi demonstrado que a Arqueologia tinha a capacidade de contribuir para o entendimento desses eventos históricos.

A partir daí diversas pesquisas começaram a ser desenvolvidas e os campos de batalhas passaram a ser reconhecidos como um tipo de sítio arqueológico que demandava uma abordagem distinguida, assentando a Arqueologia dos Campos de Batalha como uma área do conhecimento diferenciada da Arqueologia Histórica. Ao mesmo tempo, esses locais também passaram a ser entendidos como bens culturais que deveriam ser preservados e investigados (BANKS, 2020; CARMAN, 2013).

Apesar da Arqueologia da Violência (ou Arqueologia dos Conflitos) ter tido os estudos de campos de batalhas como seus percussores, de acordo com Carman (2009), a partir da década de 90, diversos pesquisadores nos EUA, no Reino Unido e na Escandinávia começaram a analisar conflitos em contextos pré-históricos. Esse impulso teve força especialmente nos Estados Unidos entre bioarqueólogos e antropólogos (LESSA; SCHERER, 2008). Tem-se que considerar que durante muito tempo perdurou uma noção romântica de que as sociedades pré-coloniais viviam de forma pacífica, sem conflitos internos e/ou externos (LESSA, 2004; LINO *et al.*, 2013); no entanto, esses trabalhos têm ajudado a desconstruir essa percepção e a demonstrar, como coloca Lessa (2004), que a violência sempre esteve presente na história humana. Afinal, a potencialidade da violência faz parte da convivência social, pois o conflito sempre pode surgir quando há quaisquer negociações ou tentativas de manutenção de interesses, de papéis, estruturas e perspectivas socioculturais, políticas e econômicas (LESSA, 2004). Por isso, a análise dos comportamentos e padrões de violência (que não se resumem aos conflitos bélicos, aos campos de batalha e às fortificações⁵) é importantíssima para a compreensão das conjunturas socioculturais às quais estão interligados, sejam essas pré-coloniais, históricas ou até mesmo contemporâneas. Por exemplo, arqueólogos, desde os anos 80, abordam a violência na contemporaneidade realizando buscas por corpos de desaparecidos políticos das ditaduras civis-militares latino-americanas (FONDEBRIDER, 2006; PADILLA; REVECO, 2004; POLONI, 2014; SALERNO; ZARANKIN, 2015).

A partir de nossa experiência, consideramos que as investigações da Arqueologia da Violência podem ser divididas em três grandes blocos temporais – pré-colonial, histórico e contemporâneo – que possuem influências teórico-metodológicas e preocupações específicas. De acordo com Carman (2009, 2013), a Arqueologia da Violência pré-colonial examina o conflito a partir do viés antropológico e se preocupa em discutir suas origens e suas diferentes manifestações, enquanto a Arqueologia da Violência histórica se aproxima mais do arcabouço da história militar, com discussões majoritariamente metodológicas voltadas para o conflito bélico. Já a Arqueologia da Violência contemporânea (que pesquisa conflitos dos séculos XX e XXI), para o autor, se aproxima mais de reflexões sobre a gestão, preservação e conservação do patrimônio cultural. Uma das razões para isso acontecer é que as materialidades relacionadas aos contextos e eventos de conflitos recentes muitas vezes são vistas como algo que não merece ser registrado, preservado, analisado, lembrado, e que, portanto, não é patrimônio cultural (BANKS, 2020; MOSHENSKA; GONZÁLEZ RUIBAL, 2015). Isso fica evidente, por exemplo, no fato de que o Brasil ainda possui poucos lugares de memória

ligados às estratégias de violência estatal e aos movimentos e atos de resistência política do período da ditadura civil-militar (LEMOS, 2019).

Percebe-se então que a Arqueologia da Violência abarca debates e contextos variados, algo evidenciado pelas propostas da *Fields of Conflicts* e do *Journal of Conflict Archaeology*, duas ações que foram essenciais para a consolidação dessa área nos anos 2000. Desde o início do século XXI, a *Fields of Conflicts*, uma conferência internacional dedicada à Arqueologia da Violência, tem sido realizada em diferentes países (CARMAN, 2009). E, se nessa conferência, inicialmente, eram apresentados majoritariamente trabalhos sobre campos de batalha e fortificações e que foram feitos na Europa ou nos Estados Unidos, com o tempo ela passou a abrigar estudos sobre outros tipos de sítios e materialidades ligados a diferentes formas de conflitos, e começou a receber arqueólogos da América Latina, ampliando o escopo desse campo (BANKS, 2020). Como coloca Banks (2020), essa visão mais aberta e diversificada da Arqueologia da Violência também está presente no *Journal of Conflict Archaeology* que, desde sua criação em 2005, trata a Arqueologia dos Campos de Batalha apenas como um dos muitos vieses dessa linha de pesquisa.

Para Moshenska e González Ruibal (2015), a Arqueologia Contemporânea foi outro importante agente na expansão da noção de conflito/violência:

(...) the idea that archaeological techniques and concepts could be applied to the very recent or contemporary past has had significant impacts, as researchers have been drawn towards the study of the material manifestations of contemporary processes of oppression and violence. This has also encouraged a more holistic view of the archaeology of violence that recognises the ways in which conflicts affect every dimension of a society: we have moved a long way from the battlefield, into the workplace, the home and the everyday. Two of the most significant outcomes of this process of interdisciplinary growth and evolution have been the widening of the category “conflict” to include both physical and structural violence; and the understanding that archaeological studies of violent episodes in the past share many important features with archaeological work taking place amidst ongoing violence (...) (MOSHENSKA; GONZÁLEZ RUIBAL, 2015, p. 3).

As investigações da Arqueologia Contemporânea também ganharam força no início do séc. XXI, e duas publicações foram fundamentais para esse avanço: *Archaeologies of the Contemporary Past* (BUCHLI; LUCAS, 2001) e *Matter, Materiality and Modern Culture* (GRAVES-BROWN, 2000). Além disso, em 2003, foi criado o CHAT (*Contemporary and Historical Archaeology in Theory*), que promove conferências anuais nas quais são apresentados trabalhos de Arqueologia Histórica e Contemporânea, tendo sido uma iniciativa relevante para o progresso dessa área (HARRISON, 2018).

Nesse cenário houve um crescimento de pesquisas arqueológicas sobre a contemporaneidade, principalmente sobre violência e sobre conservação do patrimônio contemporâneo (HARRISON, 2018). Aliás, de acordo com McAtackney (2020), os estudos desenvolvidos por arqueólogos na América do Sul e na Espanha nas duas últimas décadas, que abordam os regimes ditatoriais e os conflitos que afetaram essas regiões no século XX, foram cruciais para o estabelecimento, em muitos países, de uma Arqueologia Contemporânea comprometida politicamente. Como defende González Ruibal (2008), esse engajamento é imperativo quando estudamos a contemporaneidade, pois estamos tratando de um período (a ‘supermodernidade’⁶) no qual os

conflitos e a destruição de pessoas e coisas alcançaram uma escala extraordinária. Isso significa que para falar sobre a contemporaneidade, é preciso falar sobre destruição. E a Arqueologia, segundo o autor, tem o dever de dar visibilidade para essas histórias contemporâneas de traumas, violências e contradições, que geralmente não estão presentes ou são distorcidas nos registros oficiais (GONZÁLEZ RUIBAL, 2008). É aí que entra a ARR.

A ARR é uma linha de pesquisa voltada para o estudo dos mecanismos de violência e resistência política atrelados aos regimes civis-militares da América Latina que perduraram até a década de 80. Ademais, a ARR também tem como objetivo justamente a publicização de narrativas históricas sobre essas ditaduras que têm sido silenciadas ou manipuladas pelos discursos oficiais (FUNARI; ZARANKIN, 2006; ZARANKIN; FUNARI, 2008; ZARANKIN; SALERNO, 2008). Ou seja, a ARR constrói e compartilha histórias que González Ruibal (2008) chama de alternativas, subalternas, sendo uma prática arqueológica socio politicamente comprometida e, portanto, importante para a Justiça de Transição⁷ dos países latino-americanos.

Os antecedentes da ARR podem ser localizados no contexto de redemocratização de países como Argentina, Chile e Brasil. As buscas por corpos de desaparecidos políticos nesses países durante as décadas de 80 e 90, mencionadas alguns parágrafos atrás, foram iniciativas significativas que deram início às investigações centradas na violência política do aparato repressivo das ditaduras. A Argentina foi o país pioneiro nas buscas com a criação da EAAF (*Equipo Argentino de Antropología Forense*) ainda em 1984 (FONDEBRIDER, 2006). Posteriormente, o Chile também criou uma equipe específica com essa finalidade, o *Grupo de Antropología Forense*, que atuou no país durante a década de 1990 (PADILLA; REVECO, 2004). No Brasil, foi a partir da década de 1990 que trabalhos ocasionais de busca e identificação de desaparecidos políticos começaram a ser realizados, envolvendo principalmente a Vala de Perus e a região do Araguaia (HATTORI, 2019; JUSTAMAND; MECCHI, 2015; SOARES, 2014; SOARES; FUNARI, 2014; SOUZA, 2014).

Mas foi apenas no século XXI que a ARR realmente se consolidou como um campo de pesquisa acadêmico, com arqueólogos atuando em outros tipos de investigações que abarcam diferentes eixos temáticos como: análise de centros de detenção e de objetos ligados aos mecanismos de repressão/resistência política; reflexão teórica sobre as potencialidades e desafios desse campo do conhecimento, sobre memória e as diferentes formas de utilização das narrativas históricas (ZARANKIN; SALERNO, 2008).

Na Argentina, nos anos 2000, foram desenvolvidas as primeiras análises das materialidades de antigos centros de detenção do país como a *Mansión Seré*, o *Club Atlético* e *El Pozo de Rosario*; análises essas que se voltavam não somente para a discussão das estratégias repressivas e de resistência implementadas no cotidiano desses locais, como também para a discussão das construções de narrativas mnemônicas sobre esses órgãos estatais e suas implicações (SALERNO *et al.*, 2012). E, segundo Salerno *et al.* (2012), depois dessas pesquisas, ocorreu na Argentina um crescimento vertiginoso desse tipo de estudo.

Apesar de trabalhos como esses não serem tão numerosos no Chile, já foram estudados pelo viés arqueológico centros de detenção como o *Estadio Víctor Jara*, *Cuartel Terranova*, *Londres 38*, *Chacabuco* e *Nido 20* (FUENTES *et al.*, 2009; FUENZALIDA BAHAMONDES, 2011; FUENZALIDA *et al.*, 2020; SEGUEL *et al.*, 2013; VIL-

CHES, 2011). No Uruguai, as primeiras buscas por corpos de desaparecidos políticos só ocorreram nos anos 2000 (MAZZ, 2006; SUÁREZ, 2016) e apenas recentemente a atenção de arqueólogos no país se voltou para os centros de detenção, como *La Tablada Nacional* e *Los Vagones del Barrio Olímpico* (SUÁREZ *et al.*, 2019; SUÁREZ; TOMASINI, 2019).

Já no Brasil, foi somente a partir da década de 2010 que vimos crescer o número de publicações sobre a ARR e sobre as contribuições científicas e sociopolíticas que essa área pode oferecer (e tem oferecido) ao construir narrativas históricas e memórias materiais desses regimes ditatoriais (ANJOS, 2012; FERNANDES *et al.*, 2019; LEMOS, 2020; POLONI, 2014; POLONI *et al.*, 2019; SOARES; FUNARI, 2019). Ademais, em 2014 e 2016, foram publicadas, respectivamente, edições especiais da Revista de Arqueologia Pública e da Revista de Arqueologia (da Sociedade de Arqueologia Brasileira) sobre essa temática.

Também foi só nos últimos anos que a ARR no Brasil desbravou novas fronteiras com alguns estudos sobre centros de detenção (BARETTA, 2015, 2020; BELLÉ, 2017; COSTA, 2020; LEMOS, 2019; MAGUIRE, 2020; MAGUIRE; COSTA, 2018; SOUSA, 2014). Porém, há uma questão importante a ser destacada: todas essas pesquisas não envolveram intervenções arqueológicas e foram desenvolvidas a partir da análise de depoimentos de sobreviventes, de documentos históricos, da organização arquitetônica-espacial desses locais etc.

Tendo isso em conta, foi importantíssima a pesquisa desenvolvida no Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG), em 2020, pela nossa equipe. Afinal, além de ainda existirem poucos estudos desse tipo, foi a primeira vez que intervenções arqueológicas (escavações), foram implementadas em um centro de detenção no país a fim de se estudar as suas materialidades. Levando isso em consideração e o fato de que o DOPS/MG foi um importante aparato repressivo da ditadura civil-militar em Minas Gerais, consideramos imprescindível publicizar o trabalho que foi realizado no local durante o ano passado. Entretanto, antes disso, é necessário explicitar como o DOPS/MG se desenvolveu enquanto órgão estatal repressor ao longo dos anos e como isso construiu as bases para sua atuação central no aparato repressivo ditatorial mineiro.

AS ORIGENS DO DOPS/MG

Para falar do DOPS/MG, é necessário voltarmos aos anos iniciais da criação desse departamento em âmbito nacional e à criação da polícia política. O que se chamou de polícia política, na verdade, foi o setor policial especializado na repressão do que passou a se considerar ‘crime político’ (MOTTA, 2006, 2013), com foco na vigilância e contenção de grupos e movimentos sociais que se organizavam a fim de contestar normas sociais, contestar o Estado. A primeira delegacia especializada nesse tipo de atuação foi criada em 1922, no Distrito Federal, enquanto ‘Quarta Delegacia Auxiliar’; em 1924, na cidade de São Paulo – SP, foi implantada a primeira Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), seguindo também essa premissa da investigação e vigilância de movimentos de cunho político (MOTTA, 2006, p. 56).

No ano de 1927, a capital mineira instituiu a então Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social, subordinada ao Serviço de Investigações (ASSUNÇÃO, 2006; SILVA, 2018), oficializando a existência da polícia investigativa em Mi-

nas Gerais. Importante ter em mente que as delegacias mencionadas eram subordinadas aos seus respectivos estados e governadores, fato esse, como discutido pelo historiador Motta (2006, p. 57), que tem a ver com a necessidade dos Estados de desenvolver políticas autônomas ao Governo Federal na década de 20. As instituições como o DOPS/MG foram então, desde o início, órgãos estaduais, característica essa que permaneceu inclusive durante o período ditatorial.

No decorrer dos anos, a Delegacia implantada em Belo Horizonte em 1927 passou por diversas modificações organizacionais e foi paulatinamente segregando e especializando seus departamentos internos, para que cada vez mais tivessem suas atividades direcionadas a propósitos específicos (BARBOSA, 2012). Foi assim que, em 1954, surgiu a Delegacia Especializada de Ordem Pública (DEOP) que, em 1956, se transformou no Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS/MG. A transformação da delegacia em um departamento implicou num aumento significativo das atividades e competências dessa instituição⁸, o que resultou na existência de várias seções e delegacias especializadas dentro de um só órgão.

Nesse contexto, já praticavam o arquivamento sistemático e o ‘fichamento’ dos chamados ‘subversivos’ – participantes de grupos comunistas, de movimentos sociais, de movimentos operários, entre outros –, prática essa que foi característica marcante do departamento e se intensificou consideravelmente no período ditatorial (SILVA, 2018 *apud* COSTA, 2020). Com o aumento do ‘destaque’ do DOPS e da atividade da polícia especializada que ali se desenvolvia, ainda no ano de 1956, o governador mineiro José Antônio Bias Fortes decretou a construção de uma nova sede para o departamento⁹.

No curto espaço de cinco meses e por responsabilidade da Construtora Loyola Ltda, a nova sede do DOPS/MG foi construída na Avenida Afonso Pena, número 2351, região centro-sul da capital mineira (IEPHA, 2015). Essas instalações foram ocupadas pelo órgão desde 1958 até sua extinção, em 1989 (SILVA, 2018). Mas o interessante é que, desde a sua construção, o prédio foi pensado para passar uma ideia de ‘modernidade’ – seja no ‘falso modernismo’ representado em sua fachada (Figura 1) ou na representação material de uma ‘polícia moderna’, querendo mostrar o departamento enquanto uma instituição de ‘alto nível técnico’ (COSTA, 2020). Todo esse investimento demonstra como o DOPS/MG, antes da ditadura, já era um órgão prestigiado e que já desempenhava um papel importante na repressão política no Estado. A diferença é que, durante o regime civil-militar, o DOPS de Minas Gerais, assim como muitos outros no país, teve sua atuação reformulada e militarizada, guiada pela Doutrina de Segurança Nacional (BAUER, 2007).

O DOPS/MG DA DITADURA CIVIL-MILITAR

A tão chamada ‘polícia inteligente’ já no início dos anos 1960 se revela uma instituição altamente repressora; característica consolidada após o golpe de Estado de 1964 e durante todo o período ditatorial (KUSHNIR, 2006; SILVA, 2018; COSTA, 2020). Além de ser um órgão de informação, o DOPS/MG foi o responsável pela realização dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), interrogatórios, buscas e apreensões, perícias e vistorias (CNV, 2014). Mas como, no *modus operandi* do órgão, a tortura era o método de interrogação (IEPHA, 2015), algo condizente com a atuação dos centros de detenção da ditadura como um todo (CNV, 2014; LEMOS, 2019), a história do DOPS/MG é marcada por inúmeras denúncias de tortura. Há vários relatos de tortura

relacionados ao órgão já nos anos iniciais da ditadura, relatos que só aumentaram conforme o passar dos anos e, principalmente, a partir de 1971, quando o DOI-CODI⁰ da 4ª Divisão de Exército foi criado (CNV, 2014) e passou a ocupar o terceiro e quarto andares dessa sede, dividindo espaço com o DOPS/MG (SILVA, 2018).



Figura 1: Fachada do prédio principal das instalações do antigo DOPS/MG.

De acordo com a Comissão Nacional da Verdade (2014), os DOI-CODIs, espalhados por várias cidades no país, foram órgãos de inteligência e operacionais criados na ditadura para centralizar a repressão política nas mãos do Exército (todos os DOI-CODIs eram comandados por um oficial do Exército). Cada DOI-CODI era responsável pela segurança e pelo combate à oposição na região¹¹ onde havia sido instalado, reunindo membros das Forças Armadas e das polícias civil, militar e federal. Isso significa que os DOI-CODIs tinham precedência sobre outros órgãos repressivos, como os DOPSs e as Delegacias da Polícia Federal, para onde eram mandados os prisioneiros, depois dos interrogatórios e investigações, para a formalização dos inquéritos (CNV, 2014). Mas, no caso de Minas Gerais, esses órgãos compartilharam o mesmo espaço, tornando esse local “(...) um dos principais centros de tortura e repressão política de Minas Gerais” (SILVA, 2018, p. 38).

Antes do DOI-CODI/MG, o DOPS/MG já centralizava de certa forma a vigilância e o combate às atividades subversivas no estado, mantendo contato com Delegacias Regionais, Distritais e de Comarcas de diferentes regiões (ASSUNÇÃO, 2006). Mas, a presença do DOI-CODI/MG no prédio tornou esse centro ainda mais importante e intensificou a violência no *modus operandi* do local, com as duas instituições

atuando em conjunto perseguindo, sequestrando, torturando, fichando e montando inquéritos contra os ‘inimigos internos’ do estado ditatorial (COSTA, 2020):

O DOPS era uma espécie de QG de tortura. Não era uma prisão permanente, era um centro de tortura. Quando se concluiu que o período de prisão seria estendido, o preso era encaminhado para a penitenciária de Ribeirão das Neves “José Maria Alkimin”, ou eram levados para a penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora (IEPHA, 2015, p. 21)¹².

Ou seja, a partir de 1971, esse centro de detenção se tornou o coração da repressão política de Minas Gerais, onde, segundo Costa (2020), os presos eram levados para os interrogatórios preliminares¹³ e eram fichados. Isso se reflete no número de denúncias de tortura levantadas pelo ‘Projeto Brasil: Nunca Mais’, que aponta o DOPS e DOI-CODI de Minas Gerais como as dependências nas quais houve maior incidência de tortura no estado (NUNCA MAIS, 1985).

O único problema é que, a respeito das atividades detalhadas do DOI-CODI/MG no prédio, não se tem informações claras, pois os dados sobre esse órgão sempre foram ligados ao alto escalão das Forças Armadas e mantidos em confidencialidade (JOFFILY, 2008). Também não se sabe até quando o DOI-CODI/MG funcionou no local. Mesmo assim, fica evidente que as instalações do DOPS/MG são testemunhos importantes da violência estatal ditatorial em Minas Gerais e, portanto, são elementos essenciais para a construção de conhecimento sobre o funcionamento desses dois órgãos e para a construção de narrativas mnemônicas sobre esse período. Entretanto, as histórias de violência nessas dependências não se restringiram ao contexto da ditadura civil-militar.

Quando o DOPS/MG foi extinto, foi implantado o Departamento Estadual de Operações Especiais (DEOESP), que permaneceu com parte da estrutura operatória que compunha o departamento que o antecedeu – a Delegacia de Armas, Munições e Explosivos e a de Crimes Contra a Administração Pública (IEPHA, 2015). No entanto, o DEOESP não herdou apenas parte da estrutura investigativa, herdou também, parte da estrutura repressiva. Como aponta Silva (2018), o DEOESP esteve em funcionamento entre 1989 e 2008, e, durante esse período, várias foram as denúncias de tortura no prédio. Evento que marcou esse contexto foi a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada, em 1997, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), com a finalidade de apurar denúncias contra o Sistema Penitenciário Mineiro. Em reuniões da CPI, oito agentes do DEOESP foram intimados, e em outro momento, foram coletados diversos depoimentos de pessoas relatando tortura por sessões de choque, afogamento e o uso do pau-de-arara (SILVA, 2018). Em visita dessa CPI ao local, foi feita uma perícia que conseguiu identificar inclusive um cômodo específico onde era montado o pau-de-arara; o local era conhecido pelos presos como a ‘Igrejinha’ (ÂNGELO, 1999).

No ano de 2008, o DEOESP foi transferido do prédio e, em seu lugar, foram instalados o Departamento de Investigação Antidrogas, que ocupou os andares superiores, e o Centro de Remanejamento do Sistema Prisional da Região Centro Sul (CERESP/Centro Sul), que ocupou o primeiro andar, a carceragem (IEPHA, 2015). O CERESP era um local destinado à prisão temporária de mulheres que estariam ali apenas enquanto aguardassem julgamento (IEPHA, 2015). Novamente, surgiram denúncias a respeito da condição em que essas mulheres eram mantidas no prédio: questões de higiene e saúde, principalmente (SILVA, 2018). A situação precária da carceragem e as várias denúncias

fizeram com que, em 2016, a instituição começasse a ser desativada e, então, no ano de 2017, a carceragem deixou de funcionar completamente. Após cinquenta e nove anos marcados pela intensa atividade repressiva, o prédio finalmente foi desocupado.

UMA ARQUEOLOGIA DO DOPS/MG

As instalações referentes ao prédio do antigo DOPS/MG foram tombadas pela prefeitura no ano de 2013 e pelo Estado em 2016 e, no próprio Dossiê de Tombamento, já era explicitada a necessidade da transformação do espaço em um lugar de memória (IEPHA, 2015). Apesar do tombamento e da reivindicação pelo prédio, como mencionado, ele só foi realmente desocupado e cedido a partir do ano 2017. Tendo em vista a necessidade – e urgência – de dar andamento ao plano de transformar o prédio em um memorial, no ano de 2019, em uma parceria entre a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais (SEDESE) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi montado um grupo multidisciplinar, com a finalidade de pesquisar o prédio, produzindo materiais para embasar de forma ampla a construção do plano museológico do futuro Memorial dos Direitos Humanos (MDH) de Minas Gerais.

Dentro desse projeto que contou com equipes das áreas de Museologia, Direito, História, Arquitetura e Arqueologia¹⁴, pudemos realizar os trabalhos que são aqui apresentados. Partindo de um desenho metodológico fundado na integração de múltiplas linhas de pesquisa, como a Arqueologia da Arquitetura e ARR, e a partir de um levantamento documental incluindo a análise dos testemunhos orais de sobreviventes e a análise das estruturas arquitetônicas (como desenvolvido por MAGUIRE; COSTA, 2018; COSTA, 2020), pudemos realizar as intervenções arqueológicas nas instalações do local.

A estrutura arquitetônica do prédio, ao longo dos anos, passou por diversas modificações, desde a alteração da configuração de algumas salas nos andares superiores, até o acréscimo de cômodos completamente novos. Essas modificações são perceptíveis também quando se compara as estruturas atuais com as plantas originais do local (Figuras 2, 3, 4 e 5).



Figura 2: Plantas originais do primeiro e do segundo andar do prédio principal do DOPS/MG.

Fonte: Costa (2020).



Figura 3: Plantas originais do terceiro e do quarto andar do prédio principal do DOPS/MG.
Fonte: Costa (2020).

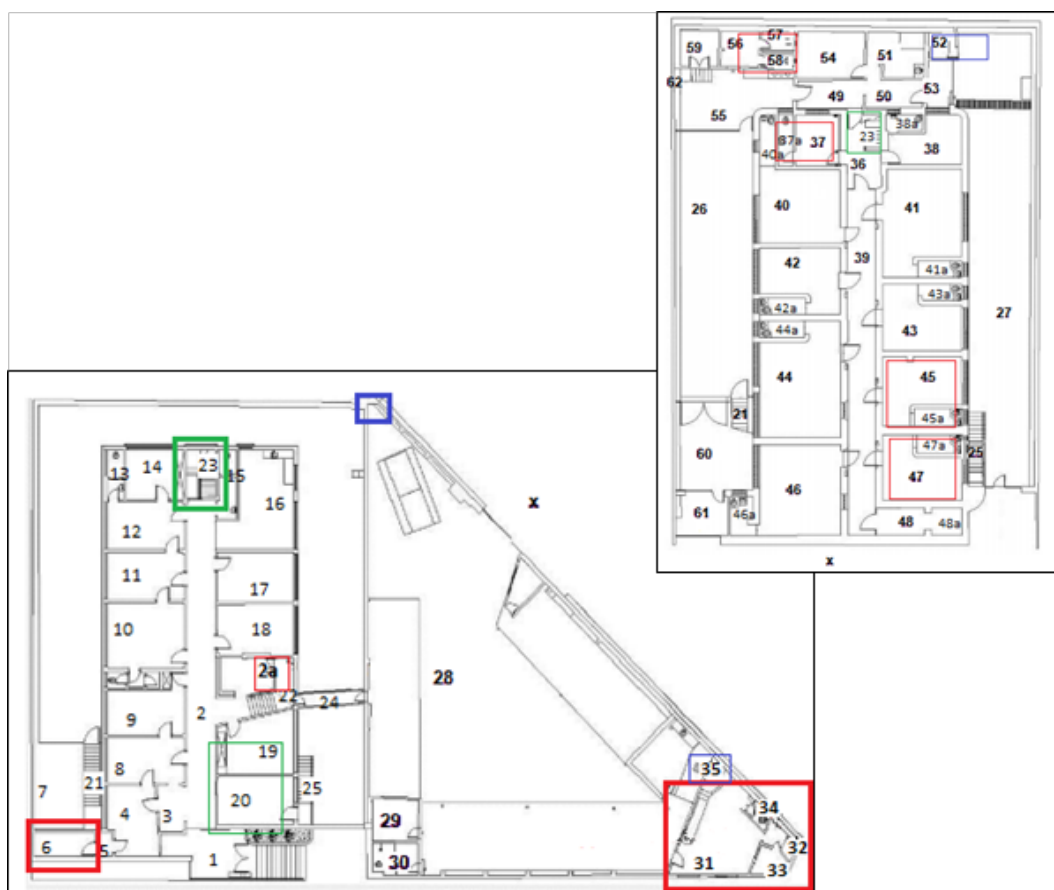


Figura 4: Plantas de 2012 do primeiro (acima) e do segundo (abaixo) andar do DOPS/MG. Em verde, os espaços que sofreram alteração em relação à planta original. Em vermelho, os cômodos onde ocorreram torturas na ditadura ou posteriormente. Em azul, a localização das antigas guaritas e de um antigo canil (n. 52).
Fonte: Costa (2020).

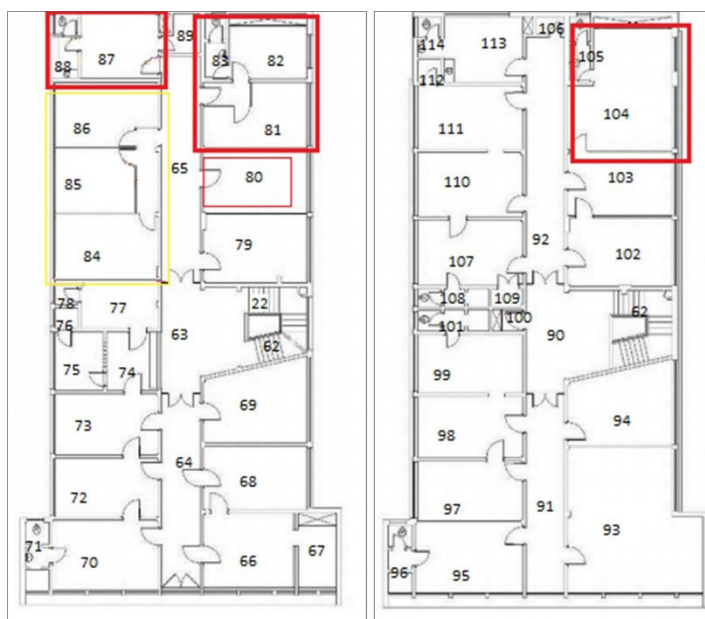


Figura 5: Plantas de 2012 do terceiro e do quarto andar do prédio principal do DOPS/MG. Em amarelo, os espaços que formavam o antigo auditório do DOI-CODI/MG. Em vermelho, os cômodos onde ocorreram torturas na ditadura.
 Fonte: Costa (2020).

Como se pode observar a partir da comparação das imagens nas Figuras 2, 3, 4 e 5, na planta original do prédio não existiam, no espaço que cerca a ala de carceragem no primeiro andar, as instalações adjacentes para uso dos guardas e carcereiros. Da mesma forma, quando se observa a planta do segundo andar, o piso principal, há todo um terreno acrescentado à edificação original. Esse terreno foi adquirido pela Secretaria de Segurança entre os anos de 1965 e 1971 e foi utilizado, principalmente, como um estacionamento. Além disso, no piso principal, também é possível identificar uma nova construção: um cômodo acrescentado logo atrás da antiga sala do delegado do DOPS/MG, que também faz acesso direto, por meio de uma escada externa, ao antigo pátio do banho de sol (é o cômodo identificado pelo número 6 na Figura 4). Já nos andares superiores, o que se percebe é uma fragmentação e uma mudança na organização espacial dos cômodos.

Não se sabe ao certo a data das construções e das diversas alterações identificadas; parte de nosso objetivo foi também tentar buscar vestígios dessas obras para conseguir uma datação aproximada e esclarecer melhor as possíveis utilizações desses espaços. No caso do cômodo acrescentado ao piso principal, atrás do antigo gabinete do delegado, sabemos, através de depoimentos de ex presos, que foi construído entre 1971 e 1972 (COSTA, 2020). Esse cômodo (Figura 6) é particularmente relevante devido às suas características, pois até hoje apresenta vestígios que nos permitem pontuar alguns de seus possíveis usos.



Figura 6: Sala de cortiças.

O nome pelo qual essa sala é costumeiramente chamada é ‘sala de cortiças’, em referência ao revestimento por placas de cortiça¹⁵, material que é conhecido por produzir o efeito de ‘isolamento acústico’ quando aplicado de forma integral em um cômodo. No caso da ‘sala de cortiças’, é visível que o material foi utilizado tanto nas paredes, como no teto. A única ‘brecha’ é uma janela – atualmente fechada apenas com uma grade – que ainda não se sabe se era fechada em períodos anteriores, ou não. Tal janela faz divisa com um outro cômodo, também acrescentado à estrutura original. Esse cômodo é o que dá acesso à escada que leva ao pátio no primeiro andar, na ala da carceragem. Sabemos então que o trajeto entre a carceragem e a sala de cortiças poderia ser feito de forma a evitar percorrer o corredor principal do segundo andar; é uma passagem estratégica e direta.

O primeiro local onde realizamos uma sondagem foi justamente no antigo pátio do banho de sol (Figura 7). A escolha da localidade da sondagem foi para averiguar a existência de vestígios de estruturas anteriores ao acréscimo do pátio. Escavada próxima às duas caixas de encanamento do pátio, com dimensões de 1,10m por 1,10m, a sondagem – identificada como S1 – apresentou várias camadas construtivas, incluindo modificações mais recentes relacionadas à estrutura de encanamento que foi reformada. Por estar localizada rente à parede da edificação principal, também mostra parte do alicerce original do prédio e um fragmento de cano de grés (Figura 7), vestígio de uma estrutura de encanamento antiga. Entretanto, a maior parte dos materiais coletados nessa sondagem são referentes a alguma reforma mais contemporânea no local, portanto, nesse local não identificamos a presença de alguma construção anterior ao pátio, anterior ao DOPS/MG.



Figura 7: Foto da S1.

A fim de explorar possíveis alterações estruturais na ala de carceragem, abrimos uma sondagem em uma das celas – identificada como S3 (Figura 8). Após a remoção do concreto e a malha de ferro que o revestia, nos deparamos com um sedimento argiloso e com rochas, parte da geologia natural da cidade; a edificação principal foi construída sobre um nível natural e estéril e não em cima de alguma construção ou estrutura já existente. Também percebemos a falta de vestígios de outros pisos dentro da cela.



Figura 8: Foto da S3.

Passando à área externa do prédio, explorando agora o estacionamento lateral, um dos espaços mais intrigantes é o que está localizado na esquina das avenidas Afonso Pena e Bernardo Monteiro, como mostram as Figuras 4 e 9 (na Figura 4, esse local é composto pelos cômodos identificados como 31, 32, 33 e 34). Esse espaço é conhecido como sala da ‘sauna e piscina’ e suas características peculiares chamam a atenção: no chão há um poço, aberto durante o trabalho de campo, de 1,60m de diâmetro e 1,50m de profundidade, revestido em azulejos azuis e com um ralo de escoamento no fundo. Dentro desse poço – identificado como S4 – retiramos uma maciça camada de entulho, fragmentos de tijolos, cimento, azulejos, vidro, e uma quantidade considerável de elementos como pedaços de jornal, latas de alumínio, embalagens de condimentos, e outros ‘lixos modernos’ (Figura 10). Apesar de não termos a data de construção dessa estrutura (só sabemos que não antecedeu a 1971), a escavação desse material possibilitou a identificação da data estimada de fechamento do poço, que foi entre dezembro de 2007 e setembro de 2008 – precisamente o período em que o DEOESP foi transferido do prédio.



Figura 9: Acima estão as fotos dos cômodos 31 e 32 e abaixo estão as fotos do cômodo 33 e do termostato da sauna, que correspondem ao espaço da ‘sauna e piscina’.

Fonte: com exceção da primeira, as fotos são de Costa (2020).

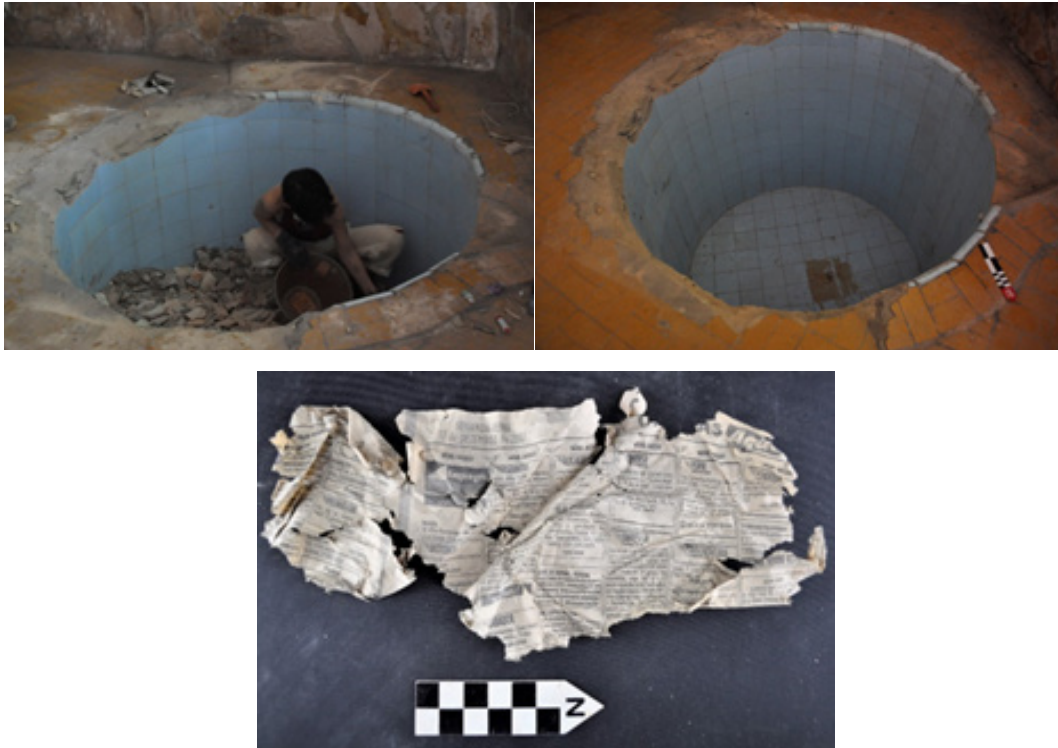


Figura 10: Fotos do processo de escavação da 'piscina', da 'piscina' já escavada e de um fragmento de jornal de 17 de dezembro de 2007 encontrado no local.

De acordo com um depoimento coletado para o Dossiê de Tombamento, o nome 'sauna e piscina' foi mencionado por um policial que trabalhou no prédio e disse que aquele era um espaço de 'recreação' dos agentes, pelo menos até onde o 'público' sabia (IEPHA, 2015). Ele contou que o espaço teria sido usado também para tortura, mencionando ainda o que chamou de 'tortura esquentar-esfria'. (ver MAGUIRE; COSTA, 2018; COSTA, 2020). De fato, a estrutura parece propícia para tal atividade: a profundidade do poço e suas dimensões estreitas não remetem a uma piscina para recreação. Além disso, não podemos esquecer da sauna, que é um cômodo bastante estreito, quase claustrofóbico, acoplado ao cômodo do poço (Figura 9). Ainda há vestígios de um revestimento de madeira nas paredes que em período anterior revestia o cômodo por inteiro. É uma estrutura de sauna a seco, onde o calor provinha de um termostato, que ainda se encontra na parede externa à sauna (Figura 9).

Outra modificação importante, que não consta na planta original, foi a adição, anterior a 1997, de uma passarela que conecta o lote do estacionamento ao andar principal do prédio, o que resultou em uma facilidade de circulação entre esses dois espaços, sendo um acesso estratégico. Dessa forma, seria esse estacionamento também um lugar 'chave' para compreender a estrutura de repressão do DOPS/MG e dos órgãos que o sucederam?

A fim de identificar vestígios de estruturas anteriores à implementação do estacionamento, foi aberta uma sondagem em sua área central – a S5, com dimensões de 0,95m por 1,05m. Identificamos a presença de vários fragmentos de ossos de animais, provavelmente de gado, alguns fragmentos de vidro e uma camada de pedras, que pode ser o nível correspondente ao alicerce que foi construído nessa área para suportar o peso

dos veículos do DOPS/MG (Figura 11). Na superfície, ao redor da S5, encontramos um fragmento de projétil (Figura 11), ainda não datado.

Essa primeira etapa de trabalhos diagnósticos desenvolvidos pela equipe de Arqueologia, enquanto parte do Grupo de Trabalho para a construção do MDH, possibilitou que, além das sondagens, fosse feito o registro detalhado da estrutura do prédio e seus pátios adjacentes. Foram executadas prospecções arqueológicas não-intrusivas e não-destrutivas com a utilização de *Laser Scan*¹⁶, que mapeou digitalmente em 3D as edificações e todas as estruturas espaciais do DOPS/MG (Figura 12). O objetivo é gerar um mapa do edifício que permita navegar no interior dele, tomar medidas e analisar a espacialidade do mesmo de forma remota, no caso, já pensando na futura estrutura do memorial e na configuração de uma plataforma digital.

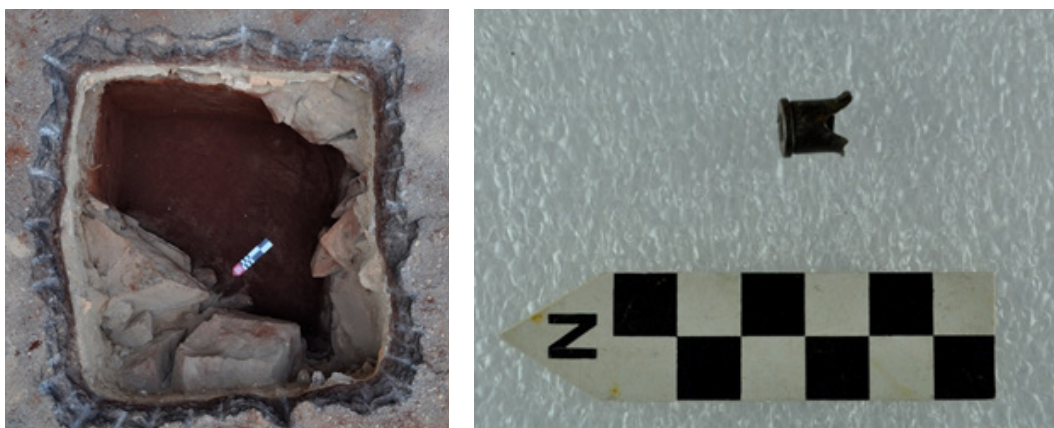


Figura 11: Fotos da S5 e do projétil encontrado.



Figura 12: Utilização do Laser Scan para mapear o DOPS/MG.

Outro registro que abre um leque de possibilidades para futuros estudos foi feito a partir da fotografia sistemática das paredes das celas, que mapeou os grafites superficiais presentes em todas elas. Devido às diversas alterações que o prédio sofreu ao longo dos anos, as paredes das celas apresentam camadas sobrepostas de tinta e, em cada uma, centenas de grafites diversos. Por meio de uma sondagem realizada na parede de uma das celas (Figura 13), iniciamos o processo de escavação dessas camadas de tinta, atividade que, ainda que pontual por se tratar de uma intervenção específica, já permitiu que fosse feita uma leitura estratigráfica de algumas pichações, que se distribuíam por três níveis. Cada camada continha registros específicos à sua época, vestígios que têm o potencial de enriquecer a compreensão sobre o cotidiano e a experiência do

aprisionamento, em vários momentos do tempo, desde o período ditatorial até o período democrático, cada um com suas particularidades.



Figura 13: Foto do trecho da parede de uma das celas que foi escavado e foto do trabalho de escavação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando tratamos da materialidade dos espaços de repressão referentes ao período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), estamos falando de lugares que, muitas vezes, tiveram suas ‘existências’ enquanto locais repressivos estendidas para além do período ditatorial. Como mostramos, a trajetória do prédio que foi sede do DOPS/MG antecedeu o período ditatorial e não se encerrou com o fim do departamento, pois seu uso enquanto espaço prisional se estendeu por mais vinte e oito anos. (IEPHA, 2015). E, apesar de já estarmos falando de ocupações do prédio em período democrático, práticas repressivas similares às violações dos anos anteriores ainda fizeram parte da rotina dos órgãos que operaram no local. Só depois de 2017 que o prédio foi desocupado e seu uso passou a ser de fato trabalhado para se tornar um local de memória. Foi nesse contexto que pudemos realizar a pesquisa aqui tratada, com intuito de contribuir à construção da memória desse período através do estudo das materialidades do DOPS/MG.

Esse estudo arqueológico diagnóstico, que teve sua primeira etapa de trabalho de campo em 2020, demonstrou as potencialidades que a análise arqueológica das estruturas arquitetônicas e da espacialidade do DOPS/MG possui para a produção de conhecimento sobre o cotidiano e funcionamento de tal aparato, assim como sobre a violência herdada pelos órgãos que o sucederam. Também ficou evidente que o prédio do antigo DOPS/MG é emblemático para pensarmos como a materialidade de um espaço de repressão é parte ativa dentro do sistema que configura e como, juntamente a essa materialidade, determinadas práticas podem ser herdadas. Por isso, pretendemos realizar, assim que possível, mais etapas de campo no DOPS/MG, para darmos continuidade a essa pesquisa, aprofundando os resultados já alcançados.

Outro motivo para seguirmos com os trabalhos reside no fato de que, por envolver as primeiras intervenções arqueológicas que foram realizadas em um centro de detenção da ditadura brasileira e que ainda fizeram parte de seu processo de memorialização, essa pesquisa representa um marco importante no desenvolvimento da ARR

no país. Apesar de a ARR vir contribuindo de forma significativa para as discussões arqueológicas sobre a violência em contextos contemporâneos, ela ainda é uma linha de pesquisa em processo de consolidação, com muito espaço para conquistar. E, se consideramos que a ARR não só pode nos ajudar a conhecer as estruturas sociopolíticas da violência e da resistência política nos regimes ditatoriais, como pode nos ajudar a construir memórias materiais dessas conjunturas, entendemos como essa área pode ser fundamental na transformação da nossa atual e distópica realidade. Afinal de contas, essas memórias e histórias, quando compartilhadas - seja em livros, eventos ou memoriais -, têm o poder de promover e valorizar os direitos humanos, o estado democrático de direito e a noção de um mundo mais equitativo. Um mundo onde o anacronismo se reservaria às 'flores do mal', que não encontrariam espaço, meios e/ou possibilidades para germinarem e proliferarem.

UNVEILING STRUCTURES OF POLITICAL VIOLENCE: AN ARCHAEOLOGY OF DOPS/MG

Abstract: The Archaeology of Repression and Resistance is a line of research that, linked to the Archaeology of Violence and Contemporary Archaeology, began to consolidate in Brazil only in the last decade. In other words, we are dealing with a field with recent development in the country that still has many barriers to overcome. One of them was surpassed last year, when, for the first time, archaeological interventions were implemented in a detention center of the Brazilian civil-military dictatorship to study its materialities and the daily experiences related to them. This archaeological research had a diagnostic character and was carried out at DOPS/MG to support the future creation of the Human Rights Memorial at the site. This text will present the activities developed during this work, which, in addition to being pioneering, has as its object of study an important repressive organ of the civil-military dictatorship in Minas Gerais.

Keywords: Archaeology of Violence. Contemporary Archaeology. Archaeology of Repression and Resistance. Brazilian civil-military dictatorship. DOPS/MG.

Notas

- 1 Arqueologia da Repressão e da Resistência.
- 2 Aljubarrota foi palco de um conflito entre os anglo-portugueses e uma coligação franco-castelhana pela Coroa portuguesa em 1385. Nesse local, os anglo-portugueses ganharam uma batalha decisiva e, por isso, esses estudos foram utilizados pelo governo ditatorial de Salazar, em 1958, para a promoção, segundo Lino e Funari (2013), de uma noção de identidade nacional que remontaria à Idade Média.
- 3 A Guerra Civil Inglesa (1642-1646) consistiu em uma disputa entre o Rei Carlos I e o parlamento inglês. Newman conseguiu localizar as áreas na paisagem em Marston Moor que serviram para a batalha e conseguiu demonstrar que nesses locais havia vestígios materiais que poderiam ser estudados pela arqueologia (BANKS, 2020).
- 4 Na batalha de Little Bighorn, em 1876, indígenas Cheyennes e Sioux derrotaram o exército norte-americano do General Custer (LINO; FUNARI, 2013).
- 5 É importante lembrar que as guerras ou conflitos bélicos são apenas um tipo específico de conflito. De acordo com Berón (2014), existem diversos tipos de conflito, individuais e coletivos, como assassinatos, massacres, emboscadas, retaliações etc., sendo que a guerra é apenas um deles. A guerra é um conflito coletivo armado sistematizado e institucionalizado, no qual exércitos são criados (BERÓN, 2014).

- 6 A 'supermodernidade' teve início com a Primeira Guerra Mundial, abarcando os séculos XX e XXI (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008).
- 7 Corresponde a atos jurídicos e sociais promovidos pela sociedade civil ou pelo Estado voltados para a promoção dos direitos humanos e consolidação do Estado Democrático de Direito e suas instituições. (QUINALHA, 2012).
- 8 De acordo com Assunção (2006, p. 46): "Desta forma, o Departamento de Ordem Política e Social – DOPS/MG, além da Seção de Arquivo, Serviço de Cartório e Seção Administrativa, abrigou a Delegacia Especializada de Ordem Política e Social; Delegacia Especializada de Vigilância Especial e a Delegacia Especializada de Fiscalização de Armas, Munições e Explosivos"
- 9 A nova sede do DOPS/MG foi desenhada pelo arquiteto Hélio Ferreira Pinto que, na mesma época, também foi o responsável pela construção de novas sedes para o Departamento de Investigações (DI) e o Departamento Estadual de Trânsito (DET – atual DETRAN) (SILVA, 2018).
- 10 Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna.
- 11 O território nacional começou a ser dividido em Zonas de Defesa Interna (ZDIs) a partir de 1970. E os DOI-CODIs tinham que controlar as ações relativas à defesa interna de suas respectivas ZDIs.
- 12 Entrevista com o Robson Sávio de Souza realizada pela Diretoria de Patrimônio Cultural em 02 set. 2013. Fonte: IEPHA (2015).
- 13 Os interrogatórios preliminares eram os primeiros a serem realizados depois da captura dos presos e, portanto, eram de suma importância para as investigações.
- 14 Equipes coordenadas respectivamente pelos professores: Letícia Julião, Emílio Peluso Neder Meyer, Miriam Hermeto de Sá Motta e Rodrigo Patto Sá Motta, Renata Moreira Marquez e Andrés Zarankin.
- 15 A cortiça é um material de origem vegetal, com grande poder isolante.
- 16 Para isso, foi usado um *Leica ScanStation P20*. A metodologia utilizada envolveu separar o prédio por andar, e criar um projeto de mapeamento para cada um, com exceção do segundo andar, que foi dividido em dois projetos: do interior do prédio e da área externa do estacionamento. Cada vez que o aparelho foi mudado de local foi criada uma estação nova que gerou uma nuvem de pontos que, na etapa de processamento no computador, será unida com todas as outras. Para facilitar e conseguir maior precisão nessa união foram colocados *targets*.

Referências

- ÂNGELO, Durval. *O Vão do Tucano*. Belo Horizonte: O Lutador, 1999.
- ANJOS, Giullia Caldas dos. A arqueologia da repressão no contexto das ditaduras militares da Argentina, Uruguai e Brasil. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, v. 5, n. 1[5], p. 79-92, 2012.
- ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. DOPS/MG. *Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- BANKS, Iain. Conflict archaeology. In: ORSER, Charles; ZARANKIN, Andrés; FUNARI, Pedro Paulo Abreu; LAWRENCE, Susan; SYMONDS, James (eds.). *The routledge handbook of global historical archaeology*. Londres e Nova York: Routledge Taylor & Francis Group, 2020. p. 192-214.
- BARBOSA, Júlia Lettícia Camargos. *Conhecendo o inimigo: Criminalidade política e subversão, o DOPS mineiro na ditadura militar (1964-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São João Del Rey, São João Del Rey, 2012.
- BARETTA, Jocyane Ricelly. *Arqueologia e a construção de memórias materiais da ditadura militar em Porto Alegre/RS (1964/1985)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- 183 BARETTA, Jocyane Ricelly. *Uma arqueologia do inferno. Misoginia e feminização at-*

navés do aparato material da Ditadura em Porto Alegre/RS (1964/1985). Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

BAUER, Caroline Silveira. O Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS): Terrorismo de Estado e ação de polícia política durante a ditadura civil-militar brasileira. *Revista Ágora*, Vitória, n. 5, p. 1-31, 2007.

BELLÉ, Matheus Fuscald. *Memória em conflito: dilemas da arqueologia da repressão em Porto Alegre/RS*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

BERÓN, Mónica Alejandra. *Patrones de violencia en sociedades preestatales: tipificación de eventos a partir de diferentes casos entre cazadores-recolectores de la Pampa Occidental argentina*. 2014.

BRASIL: NUNCA MAIS. *Projeto A. Tomo V. v. I*. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985.

BUCHLI, Victor; LUCAS, Gavin. (eds.). *Archaeologies of the Contemporary Past*. Londres: Routledge, 2001.

CARMAN, John. A heritage of conflict, and conflicts of heritage. In: BERGERBRANT, Sophie; SABATINI, Serena (eds.). *Counterpoint: Essays in Archaeology and Heritage Studies in Honour of Professor Kristian Kristiansen, BAR International Series 2508*. Oxford: Archaeopress, 2013. p. 747-751.

CARMAN, John. Challenging the military: a critical approach to the study of conflict over the long term. *What Threatens? Building bridges in Security and Conflict Studies*, Birmingham, 2009.

CNV. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório/Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014.

COSTA, Denise Neves Batista. *Memórias de repressão, memórias de resistência: as marcas da ditadura no DOPS/MG (1964 - ?)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

FERNANDES, Mariana Costa de Moraes; CORONEL, Luciana Paiva; THIESEN, Beatriz Valladão. Arqueologia e ação política: resultados da instalação vestígios de uma ausência. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 57-74, 2019.

FONDEBRIDER, Luis. Arqueología y Antropología Forense: un breve balance. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ZARANKIN, Andrés (orgs.). *Arqueología de la represión y la resistencia en América Latina 1960-1980*. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2006. p. 129-138.

FUENTES, Miguel; SEPÚLVEDA, Jairo; SAN FRANCISCO, Alexander. Espacios de represión, lugar de memoria. El Estadio Víctor Jara como campo de detención y tortura masiva de la dictadura en Chile. *Revista Atlántica-Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social*, v. 11, n. 1, p. 137-169, 2009.

FUENZALIDA BAHAMONDES, Nicole. Cuartel Terranova análisis de la Configuración espacial en relación a las estrategias de represión y control de los cuerpos de detenidos y torturados. *La Zaranda de Ideas: Revista de Jóvenes Investigadores en Arqueología*, Buenos Aires, v. 7, n. 1, p. 49-63, 2011.

FUENZALIDA, Nicole; MURA, Natalia La; IRRAZABAL, Luis, GONZÁLEZ, Camila. Capas de memorias e interpretación arqueológica de Nido 20. Un centro secreto de detención, tortura y exterminio. In: TEJERIZO-GARCÍA, Carlos; SUÁREZ, Car-

los Marín; ROSIGNOLI, Bruno (eds.). *Arqueología de la dictadura en Latinoamérica y Europa / Archaeology of Dictatorship in Latin America and Europe*, BAR International Series 2979. Oxford: BAR Publishing, 2020. p. 156-170.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; OLIVEIRA, Nanci Vieira de. A arqueologia do conflito no Brasil. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ZARANKIN, Andrés. *Arqueología de la represión y la resistencia en América Latina 1960-1980*. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2006. p. 121-128.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ZARANKIN, Andrés. *Arqueología de la represión y la resistencia en América Latina 1960-1980*. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2006.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Time to destroy. An archaeology of supermodernity. *Current Anthropology*, v. 49, n. 2, p. 247-279, 2008.

GRAVES-BROWN, Paul. *Matter, Materiality and Modern Culture*. Londres: Routledge, 2000.

HARRISON, Rodney. Arqueologias de Futuros e Presentes Emergentes. *VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 12, n. 2, p. 81-104, jul./dez. 2018.

HATTORI, Márcia Lika. Enquadramentos de uma Antropologia Forense Brasileira na busca de Desaparecidos Políticos. In: AMADEO, Javier (org.). *Violência de Estado na América Latina*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019. p. 497-520.

IEPHA, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. *Processo n.º PTE-149/2015 para tombamento do imóvel situado na avenida Afonso Pena, n. 2.351 (antiga sede do DOPS - Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais) localizado no município de Belo Horizonte*. Acervo IEPHA/MG, 2015.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

JUSTAMAND, Michael; MECCHI, Patrícia Sposito. Arqueologia, História e Direitos Humanos: um estudo da Guerrilha do Araguaia. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, v. 9, n. 3[13], p. 122-133, 2015.

KUSHNIR, Beatriz. Decifrando as astúcias do mal. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano 42, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2006.

LEMOS, Caroline Murta. *Arquitetando o terror: um estudo sensorial dos centros de detenção oficiais e clandestinos da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985)*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2019.

LEMOS, Caroline Murta. 2020. A violência institucional do terrorismo de Estado e suas materialidades: Por uma Arqueologia da Repressão e da Resistência. In: TEJERIZO-GARCÍA, Carlos; SUÁREZ, Carlos Marín; ROSIGNOLI, Bruno (eds.). *Arqueología de la dictadura en Latinoamérica y Europa / Archaeology of Dictatorship in Latin America and Europe*, BAR International Series 2979. Oxford: BAR Publishing, 2020. p. 22-31.

LESSA, Andrea. Arqueologia da agressividade humana: a violência sob uma perspectiva paleoepidemiológica. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 11, n. 2, p. 279-96, maio/ago. 2004.

LESSA, Andrea; SCHERER, Luciane Zanenga. O outro lado do paraíso: novos dados e reflexões sobre violência entre pescadores-coletores pré-coloniais. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 18, p. 89-100, 2008.

LINO, Jaisson Teixeira; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Introdução: Considerações sobre a Arqueologia da Guerra e do Conflito. In: LINO, Jaisson Teixeira; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. (orgs.). *Arqueologia da Guerra e do Conflito*. Erechim: Habilis, 2013. p. 13-21.

LINO, Jaisson Teixeira; SILVA, Jaciara Andrade; SANTANA, Elaine Alves de; SILVA, Elisana Reis da. Guerra, conflito e violência na pré-história brasileira. In: LINO, Jaisson Teixeira; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. (orgs.). *Arqueologia da Guerra e do Conflito*. Erechim: Habilis, 2013. p. 23-42.

MAGUIRE, Pedro Pablo Fermín. Por una arqueología de las 'cárceles indígenas' de Minas Gerais, Brasil. In: TEJERIZO-GARCÍA, Carlos; SUÁREZ, Carlos Marín; ROSIGNOLI, Bruno. (eds.). *Arqueología de la dictadura en Latinoamérica y Europa / Archaeology of Dictatorship in Latin America and Europe, BAR International Series 2979*. Oxford: BAR Publishing, 2020. p. 94-111.

MAGUIRE, Pedro Pablo Fermín; COSTA, Denise Neves Batista. 'Scientific torture'? Scientism and the marks of torture inside a police station in Belo Horizonte, Brazil. *Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology*, v. 15, n. 3, p. 23, set./dez. 2018.

MAZZ, José María López. Una mirada arqueológica a la represión política en Uruguay (1971-1985). In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ZARANKIN, Andrés. (orgs.). *Arqueología de la represión y la resistencia en América Latina 1960-1980*. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2006. p. 147-158.

MAZZ, José López; BERÓN, Mónica Alejandra (eds.). *Indicadores arqueológicos de violencia, guerra y conflicto en Sudamérica*. Montevideo: Comisión Sectorial de Investigación Científica (CSIC), Bibliotecaplural, 2014. p. 81-116.

MCATACKNEY, Laura. Contemporary Archaeology. In: ORSER, Charles; ZARANKIN, Andrés; FUNARI, Pedro Paulo Abreu; LAWRENCE, Susan; SYMONDS, James (eds.). *The routledge handbook of global historical archaeology*. Londres e Nova York: Routledge Taylor & Francis Group, 2020. p. 215-230.

MOSHENSKA, Gabriel; GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Introduction: The only way is Ethics. In: MOSHENSKA, Gabriel; GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo (eds.). *Ethics and the Archaeology of Violence*. New York: Springer; London: Heidelberg Dordrecht, 2015. p. 1-18.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. Arquivos da polícia sob o foco da História. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano 49, n. 1, p. 61-77, jan./dez. 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. O Ofício das sombras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano 42, n. 1, p. 53-69, jan. 2006.

ORSER, Charles. Introdução à Arqueologia Histórica. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PADILLA, Elías; REVECO, Isabel. Memorias del Grupo de Antropología Forense y su Aporte al Campo de los Derechos Humanos en Chile. *Tomo II Actas 5º Congreso Chileno de Antropología*, San Felipe, p. 1100-1108. 2004.

POLONI, Rita Juliana Soares. Arqueologia da repressão e da resistência: as contribuições da ciência na justiça de transição e na sociedade democrática. *Projeto História*, São Paulo, n. 50, p. 247-273, ago. 2014.

POLONI, Rita Juliana Soares; FUNARI, Pedro Paulo Abreu; MARCHI, Darlan de Ma-

mann. Patrimônio, mudanças e memórias traumáticas: a Arqueologia da Repressão e da Resistência. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 45, n. 3, p. 51-62, set./dez. 2019.

QUINALHA, Renan Honório. *Justiça de Transição: contornos do conceito*. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SALERNO, Melisa Anabella; ZARANKIN, Andrés. Consolidar o realizado; ir pelo que falta: arqueologia das ditaduras militares na América do Sul. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, v. 9, n. 4[14], p. 72-98. 2015.

SALERNO, Melisa Anabella; ZARANKIN, Andrés; PEROSINO, María Celeste. Arqueologías de la clandestinidad. Una revisión de los trabajos efectuados en los centros de detención clandestinos de la última dictadura militar en Argentina. *Revista Universitaria de Historia Militar*, v. 1, n. 2, p. 49-84, 2012.

SEGUEL, Roxana Quintana; ROUBILLARD, Marcela Escudero; ESPINOSA, Fernanda Ipinza; ESCOBAR, América Inostroza. *Prospección Exploratoria para la Búsqueda, Recuperación y Análisis de Evidencia Cultural y Biológica Asociada a la Ocupación del Inmueble de Londres 38, con Especial Énfasis en el Período septiembre 1973 – septiembre 1974*. Santiago: Centro Nacional de Conservación y Restauración, 2013.

SILVA, Débora Raiza Carolina Rocha. *Disputas em torno do DOPS/MG: Guerras de narrativas, memorialização e patrimonialização (1989-2018)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SOARES, Inês Virgínia Prado. Novas perspectivas para a Arqueologia da Repressão e da Resistência no Brasil depois da comissão nacional da verdade. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, v. 8, n. 2[10], p. 177-194, 2014.

SOARES, Inês Virgínia Prado; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia da resistência e direitos humanos. *Evocati Revista*, n. 103, p. 1-7, 2014.

SOARES, Inês Virgínia Prado; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia e direitos humanos, uma introdução*. Curitiba: Editora Appris, 2019.

SOUSA, Priscila Paula de. Memória, objetos e edifícios: uma análise arqueológica sobre o edifício que sediou o DEOPS/SP. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, v. 8, n. 2[10], p. 196-211, 2014.

SOUZA, Rafael de Abreu e. Arqueologia e a Guerrilha do Araguaia ou a materialidade contra a não narrativa. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, v. 8, n. 2[10], p. 213-230, 2014.

SUÁREZ, Carlos Marín. “A 80 cm de la superficie”. Once años de arqueología de la dictadura en Uruguay. *Revista de Arqueologia*, v. 29, n. 2, p. 36-54, 2016.

SUÁREZ, Carlos Marín; GAZZÁN, Nicolás; AGUIRREZABAL, Diego; MILLÁN, Alberto de Austria; CANCELA, Cristina; DÍAZ, Natalia; BLASCO, Jimena; RUIZ, Abel Guillén; MACÉ, Jean François; BIURRUN, Jesús Arguiñarena; HARO, Ignacio Ampudia de; BERTERRECHE, Martín Márquez; IZAGUIRRE, María Julia de. O centro clandestino de detenção e tortura Los Vagones del Barrio Olímpico (Canelones). Testemunho material e prova judicial da participação da polícia uruguaia no terrorismo do estado. *Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 13, n. 2, p. 193-217, 2019.

SUÁREZ, Carlos Marín; TOMASINI, Mauro. La Tablada Nacional. Historia de un edificio de las afueras de Montevideo al servicio del Estado. In: ATALIVA, Víctor;

GERÓNIMO, Aldo; ZURITA, Ruy Diego. (coords.). *Arqueología forense y procesos de memorias: saberes y reflexiones desde las prácticas*. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 2019. p. 187-214.

VILCHES, Flora. From nitrate town to internment camp: the cultural biography of Chacabuco, northern Chile. *Journal of Material Culture*, v. 16, n. 3, p. 241-263, 2011.

ZARANKIN, Andrés; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. “Eternal Sunshine of the Spotless Mind”: Archaeology and Construction of Memory of Military Repression in South America (1960–1980). *Archaeologies: Journal of the World Archaeological Congress*, v. 4, n. 2, p. 310-327, 2008.

ZARANKIN, Andrés; SALERNO, Melisa Anabella. Después de la tormenta. Arqueología de la represión en América Latina. *Complutum*, Madrid, v. 19, n. 2, p. 21-32, 2008.